

7  
8  
9

**CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**  
**ATA DE ASSEMBLÉIA ORDINÁRIADO MÊS DE MARÇO (02/03/2012)**

10

**Nº 002/2012**

11 Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às 08:30 horas em primeira convocação e às  
12 09:00 horas com qualquer número de Conselheiros presentes, no auditório da Secretaria de Estado da  
13 Família e Desenvolvimento Social – SEDS, à Rua Hermes Fontes, nº 315 – Bairro Batel, na cidade de  
14 Curitiba/PR, realizou-se a Assembleia Ordinária mensal do Conselho Estadual de Assistência Social –  
15 CEAS/PR, para a qual os seus componentes foram previamente convocados. Na ocasião fizeram-se  
16 presentes os: • **Conselheiros Governamentais:** Carolina Kummer Trevisan (Procuradoria Geral do  
17 Estado – PGE), Sandra Regina Costa (Titular - SETI), Delvana Oliveira (Suplente– SEED), Eunícia Aparecida  
18 Lohn (Suplente– SEJU), Ana Maria Macedo (Titular – SEDS), Noemi Esther Brittes (SESA – Suplente), Letícia  
19 Reis (Suplente – SEDS), Nircélio Zobot (Suplente – SEDS), Carmen Zadra (Suplente – SEDS), Mariluz Zanin  
20 Petry (Titular – SEDS), Miriam Brunetta (Titular – SEDS), Gladys Tortato (Titular – SEDS), Marcela  
21 Evangelista (Suplente – SEDS), Larissa Marsolk Tissot (Titular SEDS), Marli Aparecida Batista Vaz (Titular -  
22 SETS). • **Conselheiros da Sociedade Civil Organizada:** Pedro Lirio Hofmann (Titular – Associação de  
23 Moradores de Encantado do Oeste), Patrick James Reason (Titular - Associação Beneficente Encontro com  
24 Deus), Elenir Ruiz Schuchardt (Titular - APAE/Iporã), Maria Cecília Monteiro Larcher Fantin (Titular -  
25 Conselho Regional de Psicologia/Pato Branco), Christina Zehr (Titular – Associação Beneficente das  
26 Senhoras de Entre Rios), Ronan César da Silva (Titular – APADEFI), Edenilce de Fátima Lima (Titular -  
27 Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança), Teresinha Maria Wolff (Titular - CRESS).  
28 **Convidados/Ouvintes:** Rosana Dias de Macedo (SEDS/CPSB), Patrícia França (SEDS/CPSB), Renata M. Dos  
29 Santos (SEDS/CGSUAS), Mara Ferreira (SEDS/PSE). **ABERTURA.** A abertura do evento se deu às 09:00h,  
30 com a fala da Secretária Executiva, Helena Navarro Gimenez. Essa, informou que de acordo com o  
31 Regimento Interno do Colegiado, na ausência do Presidente e Vice, o plenário deverá indicar um  
32 Conselheiro(a) para a condução dos trabalhos. Apresentou-se o Conselheiro Ronan, externando que  
33 antecipadamente o grupo já havia escolhido a Conselheira Maria Cecília para exercer essa função.  
34 Cumprimentando a todos, a Conselheira estimulou os participantes a efetuarem uma auto apresentação,  
35 especificando suas regionais e instituições. **Apreciação da Ata e Pauta.** A sequência trouxe a  
36 apreciação da pauta e possíveis inserções, a saber: 1º) Relato da Comissão de caráter temporário de  
37 acolhimento institucional (Conselheira Maria Cecília); 2º) Comunicado da suplência (Conselheira Elenir); 3º)  
38 Ausência do relatório da Comissão de Políticas Básicas na última ata (Conselheiro Nircélio). Antes do início  
39 dos trabalhos, o Conselheiro Pedro externou a sua insatisfação pelo fato das suas passagens terem  
40 chegado em cima da hora. Disse não ter observado o email com o bilhete aéreo. Logo em seguida, ouviu-  
41 se a fala da Conselheira Larissa Tissot, solicitando à Secretaria Executiva, que voltasse a incluir os relatos  
42 da CIT e CIB, como pauta permanente nas Assembleias do CEAS. Isso não tem acontecido e torna-se  
43 necessário esclarecer os Conselheiros sobre as pactuações nas três esferas de governo. A Conselheira  
44 Edenilce foi apontada para proceder as inscrições por sequência das falas. A pedido da Presidente interina,  
45 os técnicos da SEDS foram convidados a se juntarem às Comissões, já que ainda não são de todo  
46 conhecidos. Apreciação da Ata. Nesse instante, a servidora Regina Costa, integrante da equipe da  
47 Secretaria Executiva solicitou um espaço, informando que através de repasse de informações da técnica  
48 Marcela (Grupo Financeiro), foi possível inserir na última ata, o valor real dos recursos não aplicados  
49 devolvidos ao MDS, referentes ao Projeto Mini-Usinas Comunitárias de Óleo Vegetal – R\$ 342.015,70,  
assunto esse já debatido em reunião anterior. Foi também proposto pelo Conselheiro Pedro que as

50 abstenções ocorridas na votação dessa devolução fossem constantes em ata, com os respectivos nomes  
51 dos Conselheiros. No meio dessa discussão, registrou-se a chegada da Vice-Presidente do CEAS/PR,  
52 Conselheira Ana Maria Macedo que saudou a todos, acrescentando ser desnecessário ler a ata colocada em  
53 tela, uma vez que esse documento é encaminhado com antecedência aos Conselheiros, justamente para  
54 que possam efetuar as devidas correções, devolvendo-as via e-mail. Assim, ganha-se tempo para os  
55 demais assuntos da plenária. Referindo-se à inclusão na ata dos nomes que se abstiveram na referida  
56 votação, a Vice-Presidente considerou que em qualquer processo de votação, o Conselheiro que deseja ter  
57 seu nome referido deverá solicitar esse procedimento à Mesa Diretiva e a Secretaria Executiva o fará. Não  
58 é de praxe e nem de hábito, colocar o nome de quem votou ou absteve-se. Foi esclarecido pela  
59 Conselheira Ana Maria que numa votação ou até mesmo eleição, o que vale é aquele momento, não sendo  
60 possível incluir nada que já foi assunto vencido. Houve o aparte da Conselheira Maria Cecília, afirmando  
61 concordar em parte, porém os Conselheiros não tinham conhecimento de que deveriam fazer esse tipo de  
62 solicitação. Buscando contribuir, a Conselheira e Procuradora do Estado, Carolina Trevisan Kummer,  
63 garantiu que a ata é um retrato fiel do que ocorreu numa reunião: as manifestações, as votações, os  
64 consensos, etc. Na verdade, atesta um fato passado em toda a sua integridade, não podendo ser alterado  
65 depois do ocorrido, perdendo pois a sua finalidade. Reforçou a Secretária Executiva Helena, que não se  
66 tem o hábito de inserir na ata os nomes de quem vota sobre um assunto: essa medida deverá ser  
67 solicitada no momento, pelo próprio Conselheiro. Após a inclusão da justificativa da Conselheira Elenir, a  
68 ata foi considerada APROVADA, sem manifestações. Pediu a palavra a Conselheira Carolina solicitando ao  
69 plenário que às 10:30 horas fossem abordados os assuntos da Comissão de Estudos da Lei, aproveitando a  
70 visita do Procurador, Dr. Joel Samways Neto, com quem abordou algumas questões na tarde anterior.

71 **Informes da Secretaria Executiva.** A Secretária Executiva Helena Gimenez procedeu a leitura dos  
72 informes do mês de fevereiro/2012, conforme segue: 1) No dia 24 de fevereiro de 2012, o CNAS  
73 encaminhou ofício circular nº 002/2012 convidando os presidentes e secretários executivos dos Conselhos  
74 Estaduais para participarem de reunião ampliada no dia 09 de março de 2012, em Brasília – DF; 2) Foi  
75 recebido o ofício nº001/2012 do CMAS de Céu Azul, com justificativas pelo não aceite do cofinanciamento  
76 das Equipes Volantes; 3) Foi recebido o ofício nº001/2012 do CMAS da Lapa com justificativas pelo não  
77 aceite do cofinanciamento das Equipes Volantes; 4) No dia 17 de fevereiro, foi recebido pelo COMTIBA e  
78 CMAS de Curitiba, convite para a posse dos novos conselheiros; 5) No dia 28 de fevereiro de 2012, o  
79 escritório regional de Guarapuava encaminhou para conhecimento do CEAS, Edital de eleição do  
80 conselheiro suplente para a gestão 2012-2014 do CEAS/PR, a qual será realizada no dia 9 de março de  
81 2012; 6)A conselheira Vanuza Salles e sua suplente Ana Cristina Góes Fuentes, encaminharam justificas de  
82 ausência, a conselheira titular Vanuza possui compromissos de trabalho e o filho da conselheira Ana  
83 Cristina, fará uma cirurgia no dia 29/02; 7) A Conselheira Ana Cristina encaminha justificas de ausência, pois  
84 no dia 02/03 será a eleição da presidência do CMAS de Ponta Grossa em que a mesma é candidata; 8) A  
85 conselheira Mara Baran, justifica ausência por conta dos compromissos de trabalho na Universidade onde  
86 leciona; 9) A conselheira Rosangela da SEPL justifica sua ausência por estar em período de férias e sua  
87 conselheira suplente Evandra foi convocada pelo seu Secretário para participação em um Seminário nos  
88 dias da reunião do Conselho; 10)Foi recebido ofício do Secretário de Estado da Agricultura e  
89 Abastecimento, solicitando a substituição da conselheira titular; 11) A conselheira titular da Saúde, Soraya,  
90 comunicou por e-mail ao Conselho, que está providenciando junto a Secretaria de Saúde, a sua  
91 substituição; 12) A Conselheira Vice-Presidente Ana Maria justificou sua ausência na reunião das  
92 Comissões, por conta que no dia 01/03 estava participando de uma reunião em Brasília/DF; 13) No dia  
93 29/02 a Conselheira Titular da SETI, Sandra Costa, justificou sua ausência devido um treinamento no TCE e  
94 a impossibilidade de comparecimento da sua suplente por compromissos assumidos anteriormente; 14)  
95 Conselheira Carolina Trevisan encaminhou justificativa de ausência na reunião das Comissões por  
96 compromissos de trabalho; 15) a Conselheira Ana Paula de União da Vitória, não compareceu à reunião por

97 problemas de saúde. Solicitou-se à Secretaria Executiva, que fosse providenciado um urgente e detalhado  
98 levantamento, das presenças e ausências de todos os componentes do CEAS/PR, visando ter clara a  
99 situação de cada Conselheiro. Avaliando a sugestão, foi também lembrada a ausência da Conselheira  
100 Presidente Cássia Mercúrio. Já era do conhecimento do plenário, que a Presidente deste Conselho havia  
101 transferido residência para Foz do Iguaçu, por conta do seu trabalho. Por telefone, comunicou o  
102 afastamento da sua entidade na região de Campo Mourão. A Secretária Helena garantiu ter solicitado por  
103 diversas vezes o comunicado da sua substituição ou mesmo a renúncia do Conselho, o que não ocorreu.  
104 Um dos pontos de extrema urgência, era proceder a escolha da nova Presidência com representação da  
105 Sociedade Civil. Oportunamente, a Conselheira Maria Cecília Fantin deixou de conduzir a plenária por conta  
106 da chegada da Vice-Presidente, Ana Maria Macedo. Pronunciou-se a Conselheira e Procuradora de Estado,  
107 Carolina Kummer, afirmando que em tese a Conselheira Cássia ainda é a Presidente. Sugeriu, pois, que se  
108 faça um contato urgente aguardando a sua posição, em respeito à conduta responsável que essa  
109 Conselheira sempre demonstrou. Alguns questionamentos foram colocados, pois caso esse comunicado  
110 ainda chegasse até o final da tarde, seria possível formalizar a posse da nova Presidência nessa plenária.  
111 Foi enfatizado pela Secretária Helena que a intenção de inserir na pauta tal assunto, deveu-se ao fato de  
112 ter a certeza do envio de e-mail da Conselheira Cássia. Seguindo, a Conselheira Elenir informou que na  
113 última Assembleia esteve ausente, tendo encaminhado uma justificativa via e-mail. Esse informe não foi  
114 anexado aos informes da ata. Procedeu-se uma verificação e foi constatado que a sua ausência era  
115 constante dos Informes Gerais, momento esse a cargo da Secretária Executiva Helena. A pedido, os  
116 Conselheiros solicitaram a leitura do Ofício Circular nº 02/2012-CNAS, procedente de Brasília, cujo  
117 conteúdo versava sobre um convite dirigido aos Presidentes e Secretários Executivos dos Conselhos  
118 Estaduais e do Distrito Federal, para participarem de reunião em 09 de março, objetivando discutir  
119 assuntos referentes ao funcionamento e atuação dos Conselhos. Tendo em vista que o referido ofício  
120 chegou de Brasília via e-mail, foi dessa forma que foi reenviado aos Conselheiros, disse a Secretária  
121 Helena. O Conselho Nacional esclarecia que as passagens e diárias destinadas a 1 Conselheiro e mais o  
122 Secretário Executivo seria de responsabilidade do CNAS. Caso o CEAS entendesse que haveria  
123 necessidade de mais uma representação, as despesas estariam a cargo do Conselho Estadual.  
124 Considerando os aspectos mencionados, a Vice-Presidente Ana Maria explicitou que ao receber a  
125 correspondência, os prazos já eram exíguos. Assim, orientou a Secretária Executiva que contatasse a  
126 Presidente Cássia, que informou estar impedida de comparecer. Com mais 1 dia somente para proceder  
127 as inscrições, definiu-se pela sua ida como Vice. A opinião da Conselheira Maria Cecília baseou-se na forma  
128 costumeira com que Brasília atua nos seus eventos: sempre em cima da hora! Não tendo muito o que  
129 discutir, era preciso tão somente garantir a representação do CEAS lá. Segundo a Conselheira Ana Maria, o  
130 Conselho deverá expedir um documento com registros de agradecimentos em ata, pela forma  
131 comprometida com que soube conduzir os caminhos do CEAS/PR, ao longo da sua gestão. Por outro lado, a  
132 Conselheira Maria Cecília pontuou que se o Conselho tiver interesse em encaminhar mais um Conselheiro  
133 da Sociedade Civil, deverá efetuar um contato com Brasília para a inscrição e verificar a questão dos  
134 recursos para custeá-lo, já que esses não viriam do CNAS e sim do CEAS. Além de garantir a paridade,  
135 outros assuntos de interesse do Conselho poderiam lá ser abordados, tais como compartilhar o  
136 funcionamento dos outros estados. Reforçando a questão, a Conselheira Vice-Presidente Ana Maria sugeriu  
137 à Secretária Executiva Helena, que no momento fizesse um contato com o Conselho Nacional, verificando a  
138 possibilidade de ainda incluir mais uma inscrição. **Relato das Comissões. Comissão de Comunicação,**  
139 **Articulação e Mobilização (Anexo I).** Relatora: Larissa M. Tissot. Uma vez que alguns questionamentos  
140 surgiram por conta dos cursos de capacitação já mencionados no relatório, ficou acordado: 1º-) nas vagas,  
141 haverá prioridade para os Conselheiros que assumirão em junho; 2º) os atuais que puderem garantir as  
142 suas vagas através das Regionais, comunicar à Conselheira Larissa. Ao mesmo tempo, a Coordenadora  
143 empenhou-se em elaborar um estudo, com a finalidade de tentar adequar a participação dos Conselheiros

144 novos e antigos. Relatório APROVADO. **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial**  
145 **(Anexo II)**. Relatora: Cristina Zehr. Entre as discussões ocorridas a cada ponto do relatório dessa  
146 Comissão, ouviu-se a fala da Coordenadora Larissa Tissot (Gestão do SUAS), sugerindo a elaboração de  
147 uma nova nota técnica do CEAS/PR (a anterior data de outubro/2010), tendo em vista que já ocorreram  
148 alterações significativas de prazo e de interpretação. Mesmo com o efetivo acompanhamento da SEDS  
149 através dos seus Escritórios Regionais, sabe-se que nem todos os Municípios se adequaram a essa  
150 Resolução. É papel do Conselho através dessa Comissão, a elaboração desse novo documento, sabendo da  
151 necessidade dessa adequação. Na capacitação dos Conselheiros, o material elaborado pelo CEAS/PR  
152 deverá constar da agenda de discussão, com apresentação aos professores para que dele se apropriem.  
153 Assim, os 1.800 Conselheiros sairão da capacitação com o conhecimento necessário e adequado. A  
154 Conselheira Maria Cecília apoiou e considerou válida essa preocupação; relatou ter revisto todo o material,  
155 detendo-se sobre a função de acompanhamento que o CEAS deve ter junto ao CMAS. Considerou que as  
156 Comissões deverão ser mais formais, qualificadas, atuando sob os moldes de um Grupo de Trabalho.  
157 Respondeu a Coordenadora Larissa Tissot, informando que a preocupação de articulação entre o CEAS e os  
158 Conselhos Municipais já é ponto de pauta. Por outro lado, lembrou a todos que a maioria das Comissões  
159 terminaram suas atividades antes das 17:00 horas. Além do mais, esses grupos não tem só a incumbência  
160 de abrir suas pastas e verificar o material colocado pela Secretaria Executiva. É necessário incorporar  
161 tendo consciência do seu papel, pois não é função da Secretaria Executiva ou de qualquer Coordenação  
162 desta Secretaria de Estado elaborar uma nota técnica de orientação do Conselho Estadual e como ele se  
163 porta diante da Resolução 016. É fundamental que essa Comissão caminhe juntamente com os  
164 Conselheiros também dispostos a incorporar, estudando e se apropriando do conhecimento, cientes do seu  
165 importante papel. Pediu a palavra a Secretária Executiva Helena, expondo que esse Conselho Estadual já  
166 no ano passado aprovou uma Resolução estabelecendo esses fluxos, ou seja, como a entidade deverá  
167 recorrer ao CEAS, caso haja indeferimento da sua inscrição junto ao CMAS. Sugeriu que uma nova  
168 Resolução seja encaminhada ao invés da Nota Técnica. Numa breve definição, a Vice-Presidente Ana Maria  
169 sugeriu encaminhar o documento para os Conselheiros Municipais, com cópia para os Escritórios Regionais.  
170 Enfatizou que tal função não é da Secretaria Executiva; por outro lado, é preocupante depender só do  
171 apoio técnico da SEDS pois esta elaboração compete aos Conselheiros. De maneira oportuna lembrou que  
172 as atividades das Comissões devem se estender pelo dia todo, iniciando já de manhã, uma vez que a  
173 reunião da Sociedade Civil não dura toda a manhã. Aproveitar o tempo para promover outras discussões  
174 que poderão facilitar e muito o desenrolar das plenárias. Reforçou a Conselheira Cristina Zehr, dizendo  
175 concordar plenamente com as colocações, porém lembrou que se está em março. Se a Comissão ainda for  
176 aguardar a próxima plenária para elaborar a nota técnica, seria inútil. Quase todos os CMAS alteraram a  
177 Presidência e não lhes sobrar tempo hábil para estudos. Além disso, o prazo se extingue em 30 de abril.  
178 Exercendo a sua função, a Secretária Executiva Helena revelou que tal incumbência deverá ser levada a  
179 efeito pelo Conselho e por ele aprovada. É uma nova orientação que irá subsidiar as novas gestões e  
180 através de meio eletrônico chegará rapidamente aos Conselhos Municipais e Escritórios da SEDS. Foi dito  
181 pelo Conselheiro Ronan que nas novas instalações da SEDS, no Palácio das Araucárias, os Conselheiros  
182 precisam ter acesso à internet, como forma de facilitar os trabalhos. Segundo a Conselheira Ana Maria  
183 Macedo, foi solicitado à Secretária Fernanda Richa, a disponibilidade de se ter uma sala à disposição dos  
184 Conselhos (CEAS e CEDCA), com todos os equipamentos necessários. A Coordenadora e Conselheira  
185 Larissa Tissot esclareceu que a pouca produtividade não pode ser justificada pela falta de equipamentos.  
186 Informou já ter participado de reunião da Comissão, ficando pautada a necessidade da execução dessa  
187 Nota Técnica. A medida não foi levada a efeito e o CEAS está se omitindo diante desse processo. A  
188 Conselheira Cristina Zehr finalizou, incentivando que o documento deverá ser urgentemente encaminhado  
189 aos técnicos dos Escritórios Regionais e aos CMAS, incentivando a leitura dessas legislações (Resolução nº  
190 10 de 14/04/11 – CNAS – Instrução Normativa nº 1 – 301/12/10 do SNAS). Relatório da Comissão

191 APROVADO pela plenária. **Comissão de Financiamento e Gerenciamento do Fundo (Anexo III).**  
192 Relatora: Conselheira Maria Cecília. *Grupo de Trabalho Fundo a Fundo*. O Procurador e Assessor Jurídico da  
193 SEDS, Dr. Joel Samways Neto, informou ter participado de reunião anterior com sua colega Procuradora e  
194 Conselheira Carolina Trevisan, quando foi informado já ter ocorrido uma reunião desse grupo, versando  
195 sobre a alteração da Lei que criou o CEAS e o Fundo. Segundo foi dito, os trabalhos foram desenvolvidos  
196 até o Art. 6º de um conjunto de vinte e poucos. Diante disso, foi-se direto ao objetivo da reunião que seria  
197 o repasse Fundo a Fundo. Compartilhou, informando ter participado dos 5 primeiros anos de existência do  
198 Conselho como representante da PGE a partir de 1996 e na época já se falava do repasse Fundo a Fundo.  
199 Segundo ele, o Decreto constituído em 96, nº 2215, prevê no seu art. 3º – Parágrafo 1º – o repasse Fundo a  
200 Fundo, porém a Lei não. Desse modo, querendo passar por uma questão muito prática, direta e objetiva,  
201 colocou-se uma proposta de alteração na Lei existente para simplesmente acrescentar um parágrafo único  
202 no art. 12, permitindo o repasse Fundo a Fundo. Assim, é feita uma inserção de previsão de despesa na Lei  
203 orçamentária para o próximo ano e aí havendo oportunidade de uma conveniência, é possível fazer esse  
204 repasse. Solicitou à Secretaria Executiva que procedesse a distribuição de uma minuta, para análise. O  
205 passo seguinte, caso a Lei seja alterada, é que o Conselho apresente uma proposta de decreto  
206 governamental para regulamentar essa autorização. Ao término dessa exposição, a Conselheira Maria  
207 Cecília informou ser favorável que essa alteração seja trabalhada de imediato. Houve a posição também da  
208 Procuradora Dra. Carolina Trevisan, segundo ela, é muito mais fácil alterar somente um dispositivo do que  
209 uma Lei inteira, pois politicamente seria mais ágil fazer um documento específico somente tratando disso,  
210 pois tem uma questão de tempo considerada relevante. Abrir essa autorização legislativa, com tempo  
211 suficiente para incluir nas leis orçamentárias do exercício financeiro do ano que vem, a possibilidade dessa  
212 transferência. Assim, seria interessante até o mês de Julho, obter essa alteração, pois a partir do próximo  
213 ano já seria possível as transferências para os Fundos Municipais. Assim também concordaria que a  
214 modificação fosse promovida na Lei vigente, com a máxima urgência. Ponderou a Conselheira Carmen se o  
215 Art.12 foi alterado, pois disse ter uma preocupação: o Estado tem uma responsabilidade referente aos  
216 benefícios eventuais e esses ali não aparecem. Seria necessário incluí-los. Respondeu o Procurador,  
217 afirmando que se for um apoio financeiro, estará garantido. Técnica mente, a redação já abrange todo tipo  
218 de repasse – alertou que qualquer palavra acrescentada aludindo aumento de despesas, daria margem  
219 para algum Deputado tirar o documento da pauta. Na revisão geral da Lei, será possível um maior  
220 detalhamento e acrescentar esse pleito. Por ora é necessário garantir agilidade, por isso sugeriu não  
221 colocar nenhuma outra palavra, aproveitando todas as condições favoráveis do momento. Em apreciação:  
222 A proposta apresentada pelo Assessor Jurídico, Dr. Joel Samways Neto foi devidamente APROVADA. Diante  
223 do fato, Dr. Joel informou que aguardará a deliberação devidamente publicada, anexará a minuta que  
224 seguirá para a Sra. Secretária Fernanda Richa, de lá para o Planejamento para estudos complementares,  
225 depois para a Casa Civil e finalmente para o Governador do Estado que remeterá à Assembleia Legislativa.  
226 Despedindo-se, Dr. Joel Samways Neto pontuou que o CEAS/PR estaria muitíssimo bem assessorado sob a  
227 supervisão da Sra. Procuradora e Conselheira, Professora de Direito Administrativo, Dra. Carolina Trevisan  
228 Kummer. **Relato da Coordenadora Mara – PSE**. De início, foi solicitado à Secretaria Executiva que o  
229 presente item fosse colocado de forma permanente na pauta desse Conselho. Trata-se do Plano para o  
230 reordenamento dos serviços, tais como mapeamento das entidades, cadastramento das pessoas já  
231 acolhidas, etc. Lembrou aos Conselheiros que essa proposta já foi apresentada no ano passado, com  
232 alguns dados referentes ao acolhimento no Estado do Paraná. Esclareceu que no início de janeiro ocorreu  
233 uma reunião com a Superintendência da Saúde, visando um entendimento referente à entidade Pequeno  
234 Aconchego, resolver e propor um novo modelo de atendimento. Através de uma visita, verificou-se que as  
235 ações lá realizadas não estão tipificadas para a Assistência Social, nem para a Saúde. Decidiu-se que os  
236 acolhimentos serão analisados sob dois olhares, avançando no processo de territorialização, não saindo  
237 pois da sua região, e visando fortalecer os vínculos. Esse limbo existente deverá ser revertido ao longo de

238 todo esse processo de reordenamento. Entendendo isso, agora planeja-se a elaboração de um edital que  
239 preveja essa descentralização, pois são dois desafios a serem enfrentados: 1º) encontrar uma rede de  
240 acolhimento descentralizada, que dê conta dos casos, principalmente nos municípios de pequeno e médio  
241 porte; 2º) a rede de Saúde local e regional para os casos em que se recebe e que tem essas vertentes de  
242 atendimento, e no SUS. Vale ressaltar que a Saúde mostrou-se inteiramente receptiva para estar  
243 discutindo essas questões. Criar-se uma Comissão que será publicada, passando a ter essa pauta dos  
244 trabalhos que começará a avançar. As correspondências solicitando as representações para constituir esse  
245 grupo, já foram devidamente encaminhadas pela Secretaria Executiva. Houve uma preocupação do  
246 Conselheiro Patrick direcionada às 90 pessoas hoje atendidas pelo Pequeno Aconchego e se esse edital  
247 poderia contemplá-las. Disse concordar que não se pode estar conivente em relação a um trabalho que  
248 não está adequado. A Coordenadora Mara compartilhou o fato de que as ações lá executadas, na verdade  
249 não estão de acordo com as diretrizes do SUAS, porém essas 90 pessoas terão de ser atendidas. Vale  
250 ressaltar que o Pequeno Aconchego já está bastante sensibilizado, entenderam que se buscou uma  
251 conversa com a saúde e as negociações estão avançando; bem como negociar com eles as  
252 prerrogativas dessa Política Pública. Conforme foi pactuado, a Conselheira Maria Cecília sugeriu que se  
253 mantenha esse assunto em pauta permanente. *APROVADO* o relatório da Comissão. Na sequência, foi  
254 passado para o plenário a informação de que em todas as reuniões da Comissão de Financiamento, será  
255 apresentado o balanço do FEAS. Pauta Fixa – Balancete Técnico. **Comissão de Políticas Sociais (Anexo**  
256 **IV)**. Relatora Conselheira Elenir. Foi informado pela Conselheira Relatora que seria abordado um relatório  
257 oriundo de processo de monitoramento, com visita técnica ao Município de Foz do Iguaçu. A técnica  
258 Carmen expôs algumas situações detectadas e que foram passíveis de um plano de providências para a  
259 devida regularização. Fundamentada nas ocorrências, a Conselheira Ana Maria Macedo pontuou que, mais  
260 do que nunca, o Conselho precisa estar atento. É lamentável que um município do porte de Foz do Iguaçu,  
261 tenha recursos devolvidos por uma inabilidade administrativa. O Governo Federal deverá encarar o  
262 município como área de território de segurança nacional, no que diz respeito a crianças e adolescentes,  
263 face às características de tríplice fronteira. Relatou que o índice de crianças sexualmente exploradas é alto,  
264 bem como o trabalho infantil, com crianças transportadas de um país para outro sem a menor fiscalização,  
265 assim todas essas questões foram levadas pelas técnicas do Ministério. Sugeriu ainda que o Conselho  
266 destine uma correspondência ao Governo Federal, solicitando recursos para que essas questões possam  
267 ser resolvidas ou ao menos reduzidas. Finalizou solicitando que haja uma afetiva fiscalização por parte do  
268 Conselho, em parceria com o Conselho e Secretaria Nacional de Assistência Social. Para essa atenção face  
269 o que aconteceu. Em apreciação: *APROVADO*. Nesse momento, o Conselheiro Patrick parabenizou a todos  
270 pelo trabalho, porém lamentando que a situação relatada tivesse atingido tamanha proporção. Outros  
271 Municípios vivem situações parecidas tais como Paranaguá e Guaíra. Questionou como todos são alertados  
272 para uma situação como essa. A Técnica Carmem (SEDS) relatou que ao ocorrer uma falha na execução de  
273 um programa federal o papel do Estado é capacitar, orientar, acompanhar. A Política de Assistência Social é  
274 recente ainda, tendo necessidade de ser construída. Sabe-se que o Ministério tem uma gestão engessada  
275 dos programas implementados. Nessa gestão, o FIA repassou R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) para  
276 capacitar as equipes que atuam com essa problemática, dessa forma, vai-se conseguir avançar e romper  
277 as barreiras, estimulando que esse acompanhamento se faça de forma eficiente. Diante dessas discussões,  
278 a Conselheira Ana Maria colocou que é possível receber ainda outras denúncias semelhantes. O devido  
279 acompanhamento deveria ter sido executado pelo gestor da política de Assistência Social do Estado do  
280 Paraná, e isso não aconteceu. Ao se planejar a visita ao Município de Foz do Iguaçu, convidou-se um grupo  
281 de técnicos para acompanhar, composto por um membro da CIB, SEDS e COGEMAS, que desenvolveram  
282 um encontro num clima bastante cordial. A Técnica Gladys Tortato (SEDS) enfatizou que o Conselho  
283 necessita ficar alerta no desempenho do seu papel de fiscalização inclusive no que se refere ao  
284 desempenho dos Conselhos Municipais. Foi também lembrado pela Conselheira Mariluz (Regional de

285 Francisco Beltrão, que o Município de Foz do Iguaçu já entrou no processo de desabilitação. A técnica  
286 Larissa Tissot, Coordenadora da Gestão do SUAS afirmou que trata-se de um processo contínuo de  
287 monitoramento, com cruzamento de dados de outras fontes de informação do Governo Federal. Ficou muito  
288 claro na reunião da CIB, com o relato da Coordenadora do Fundo que o município acumulou mais de 700  
289 mil reais a devolver, sem contar os juros, e isso desde 2005. Hoje, o novo gestor que assumiu  
290 desde 2011, demonstra uma coragem ímpar ao se responsabilizar por questões tão graves. Essa Comissão  
291 de acompanhamento ao Município deverá ter caráter permanente, possibilitando a superação dessas  
292 questões. Complementando, a Conselheira Edenilce informou ter estado em Foz do Iguaçu em evento do  
293 Fórum DCA, quando foi abordado esse assunto, que por sinal já é do conhecimento também do CEDCA. Lá  
294 são desenvolvidos vários projetos direcionados aos adolescentes aprendizes, com cerca de 500 deles sendo  
295 atendidos através dessa ação. **BPC na Escola - Campanha de adesão** A Técnica Míriam Brunetta  
296 informou existir a possibilidade de inscrever os Municípios e os Conselheiros deverão colaborar na  
297 divulgação, através das suas Regionais. Até o momento somente 6 Municípios fizeram a adesão, estando  
298 as informações disponíveis no site do CEAS/PR. A Conselheira Teca informou que muitas dificuldades estão  
299 ocorrendo no momento de se fazer o cadastro. Foi orientado para que se encaminhe e-mail para os  
300 Escritórios Regionais, narrando essas questões, para comunicado futuro ao MDS. Foi sugerido pela  
301 Secretária Executiva Helena que se incluísse o problema no comunicado que a Comissão de Comunicação  
302 encaminhará aos Escritórios, abordando os prazos para as entidades se inscreverem. Reabertura dos  
303 Trabalhos às 13:30 horas, com a continuação do relato da Comissão de Políticas Sociais.  
304 **Acompanhamento do Plano de Providências.** A Técnica Malvina (SEDS) apresentou o relatório  
305 2009, relativo às pactuações já realizadas na CIB. Na sequência, a Conselheira e Relatora Elenir apresentou  
306 os dois ofícios procedentes dos Municípios da Lapa (termo de aceite) e de Céu Azul (justificando a não  
307 assinatura, pois não há necessidade). Em seguida, a Conselheira Delvana (SEDS) apresentou o relatório de  
308 acompanhamento da frequência escolar em relação ao Bolsa Família (32 Regionais na Educação). Como  
309 condicionalidade, a frequência exigida é de 85%, sendo que o maior problema é a questão dos alunos não  
310 localizados, cerca de 60 mil. Definiu-se pelo oferecimento de uma senha aos operadores  
311 municipais, justamente aqueles que recolhem a frequência e enviam para o MEC. Com a senha, acessarão o  
312 sistema SERE, operando só os alunos que são do Bolsa Família. **Patrícia (SEDS)**- *Minuta de Deliberação*  
313 *referente aos Municípios relacionados para a 1ª e 2ª fase-Programa Família Paranaense-Critérios Meta de*  
314 *Atendimentos* 30 Municípios (10 na 1ª fase e 20 na 2ª fase). Pediu a palavra a Conselheira Cecília  
315 questionando o fato do Município de Palmas ser da sua região, com altos índices de criminalidade e  
316 possuindo grupos de quilombolas muito atuantes. Solicitou uma justificativa para não estar no grupo 1. A  
317 técnica Patrícia (SEDS) respondeu que são critérios técnicos definidos pelo grupo gestor Estadual com base  
318 nas informações repassadas, porém neste primeiro momento, todos os Municípios poderão aderir a  
319 metodologia e posteriormente serão atendidos. Em apreciação – APROVADA a minuta de Deliberação.  
320 Nesse momento, a Conselheira Maria Cecília comunicou ao Plenário que a Conselheira Ana Paula (da  
321 Regional de União da Vitória) chegou de viagem, hospedando-se no hotel como é de praxe. Em virtude de  
322 não estar bem de saúde, não compareceu a Assembleia, motivo pelo qual justificou-se a sua ausência.  
323 **Comissão de Revisão da Lei.** Através das palavras da Conselheira Cristina Zehr, os Conselheiros foram  
324 informados que o grupo contava com 4 componentes; esses receberam as sugestões enviadas pela  
325 Procuradora Carolina Trevisan. Dessa forma, dada a sua presença nessa data, solicitou-se que  
326 apresentasse o quadro comparativo, elaborado entre a Lei do CEAS e a do Estado de Minas Gerais. Na  
327 última Assembleia, aprovou-se até o Art.6º. Da reunião anterior, permaneceram dois pontos que deveriam  
328 ser submetidos a uma análise mais detalhada, com dúvidas a utilização da palavra cidadão ou indivíduo  
329 (Art.1º- optou-se por cidadão). Outra questão :- Art.5º- inciso 4º- não se recebeu nenhuma contribuição  
330 atendendo a sugestão da Técnica Larissa o termo profissionalização seria o mais adequado. Parágrafo  
331 único a favor do texto já existente. - APROVADO até o Art.6º Nesse meio tempo ocorreu uma intervenção

332 da Conselheira Maria Cecília informando que alguns Conselheiros tem opinado :- o grande problema no  
333 atual momento além da questão da Lei, é o processo de escolha da Sociedade Civil, que esta parecendo ser  
334 uma tarefa que caberá para o próximo Conselho. Avaliou a Conselheira Ana Maria Macedo que Até poderá  
335 ser deixado um indicativo para a próxima representação da Sociedade Civil, no que diz respeito ao  
336 Regimento Interno, os pontos que precisariam ser revistos. Trata-se de uma tarefa que poderia ser levada a  
337 efeito, antes que esse grupo deixasse o Colegiado. Neste momento, o envolvimento é com a Lei,  
338 objetivando alterações que possam adequá-las ao atual momento da Assistência Social. Já a Procuradora e  
339 Conselheira Carolina Trevisan avaliou que a Sociedade Civil tem que se articular, seja nesse mandato ou os  
340 que integrarão o próximo Conselho. Encontrar instrumentos de articulação popular, possibilitando que a  
341 vontade de todos possa ter visibilidade. Ressaltou a Conselheira Cristina Zehr que frente ao que já foi  
342 exposto, considera que a Lei do Estado de Minas Gerais é a mais atual. Não será a Comissão que dirá como  
343 serão essas alterações, portanto a Conselheira Carolina precisava concluir sua análise, para posterior  
344 avaliação do Conselho. Avaliando a sugestão, a Conselheira Ana Maria esclareceu que a mudança da Lei do  
345 CEAS/PR somente passará pela Assessoria Jurídica da SEDS, que procederá a sua verificação sob o ponto  
346 de vista da linguagem, adequações etc, sendo mantida a decisão do Colegiado. *Revistos e Aprovados os*  
347 *Artigos até o 10º (Lei do CEAS).* Foi sugerido pela Conselheira Ana Maria que os Conselheiros  
348 leiam, acessem, corrijam, interpretem, sublinhem todos esses artigos já avaliados, evitando assim novos  
349 questionamentos desnecessários. **Comissão da Frente Parlamentar (Anexo V).** Relator :- Conselheiro  
350 Patrick Do grupo participaram os Conselheiros Patrick, Edenilce, Gladys, contando ainda com a participação  
351 do Assessor Parlamentar da SEDS, Luiz Gatti. Definiu-se por agendar uma reunião com os Senhores  
352 Deputados, em 11 de Abril, antecedendo a Assembleia Ordinária do CEAS/PR, que acontecerá nos dias 12 e  
353 13 de Abril/2012. Foi sugerido pela Conselheira Gladys que sejam também convidados para esse encontro  
354 as Conselheiras Ana Maria (SEDS) e Eunícia A. Lohn essa suplente da representação da Secretaria de  
355 Estado da Justiça. Lembrou a Conselheira Edenilce que o Assessor Luiz Gatti preveniu que a quinta-feira é  
356 um dia inapropriado para encontrar todos os Deputados. Foi sugerido a quarta-feira e apreciou-se a ideia  
357 de percorrer todos os Gabinetes, promovendo assim um encontro pessoal. Aprovado o encaminhamento.  
358 gestão. **Relatório de Gestão 2010/2012 do CEAS.** Foi explicado pela Secretária Executiva Helena que o  
359 Conselho Estadual ao findar uma gestão elabora um Relatório contendo todas as ações desenvolvidas, os  
360 documentos produzidos, bem como as principais deliberações ocorridas durante o último biênio. A  
361 Secretária Executiva irá iniciar a tarefa, porém aguardará a imprescindível contribuição de todos os  
362 Conselheiros. **Avaliação da VIII Conferência Nacional.** A Conselheira Ana Maria expôs a dificuldade  
363 existente em se receber as avaliações sobre o evento, sugerido que se comece relacionando os nomes dos  
364 Delegados Presentes, bem como dos Conselheiros eleitos. Explicou da necessidade do Conselho ser mais  
365 atento a questão dos prazos que, na verdade não são devidamente cumpridos. Comentou que os  
366 Conselheiros Patrick e Gladys tiveram muito trabalho, uma vez que atuaram como referência da Sociedade  
367 Civil e Governamental, respectivamente, e absorveram todas as questões negativas que ocorreram. Da  
368 parte da Conselheira Gladys alguns pontos foram abordados, a exemplo :- considerou-se que os  
369 integrantes da delegação paranaense não tiveram um entrosamento anterior. Nem todos os delegados  
370 compareceram e outros não efetuaram a devolução das passagens. O contato do grupo ficou preso às  
371 pendências do Estado do Paraná. Por outro lado, considerou o conteúdo das discussões muito fracos, além  
372 de que eram temas respeitados em outras tantas Conferências realizadas no passado. Os usuários,  
373 considerados beneficiários dos serviços da Assistência Social, necessitam ter um maior número de recursos  
374 para pequenas despesas. Explicou uma participante hospedada num hotel de categoria "5 estrelas" e que  
375 não possuía recursos para pagar água mineral, ao custo de R\$6,00. Avaliou a hospedagem, as atividades  
376 dos grupos e oficinas como sendo ótimos. Já o Conselheiro Patrick (Sociedade Civil) narrou situações  
377 consideradas graves :- o cadeirante Valdinei Boava (Regional de Irati), ao chegar no hotel não encontrou  
378 aposentos nem reserva disponíveis. Depois de aguardar por muito tempo, foi levado para outro hotel,

379 durante a madrugada. Outra integrante da delegação também aguardou aposentos pelo período de 4  
380 horas,situações dessas que causam desgastes. Lembrou que uma empresa está recebendo quantias  
381 polpudas para prestar um atendimento pobre,considerando o tamanho do evento. Referindo-se ao  
382 conteúdo dos debates,constatou que todos os grupos debateram a mesma coisa, não se conseguindo  
383 encontrar um forma mais didática de levar avante as questões. Por outro lado,as oficinas foram  
384 consideradas fantásticas, com importantes contatos com os representantes do MDS. Por conta do que foi  
385 dito, o Conselheiro Ronan completou dizendo que situações como essas são como um balde de água fria  
386 na disposição de qualquer um; o cadeirante ligou cerca de 30 vezes,até poder ter a presença de um  
387 companheiro e mesmo assim,ainda aguardou mais 3 horas para ser removido para outro hotel com pouca  
388 instrução e sem recursos sentiu-se perdido. Já para s Conferência Estadual,muitas pessoas queriam  
389 comparecer e as passagens chegaram na última hora, o que causou muita desistência. É lamentável que  
390 tais situações ainda ocorram, tornando-se repetitivas. Dando suporte ao Conselheiro, a Coordenadora  
391 Larissa Tissot comprovou que as questões narradas foram de extrema gravidade. Concitou a todos os  
392 Conselheiros que,além do relatório referente a Conferência, o CEAS/PR deverá encaminhar uma  
393 manifestação de repúdio pela desorganização logística. Relatou ainda o ocorrido com os dois  
394 adolescentes,obrigados a dormir em cama de casal, enfrentando utilizar o sanitário carregando o  
395 companheiro nos braços, uma vez que a porta não dava acesso à cadeira de rodas. Com relação às  
396 palestras, a Técnica Larissa comentou que é mais uma Conferência na qual se quer falar de tudo,porém  
397 não se falou de nada! Com muita expectativa, a palestra Magna iniciou após as 21:00 horas,cujo conteúdo  
398 nada mais era do que a apresentação do *Plano "Brasil sem Miséria"* sem discutir a relevância desse  
399 programa. O que se esperava seria o valor da agenda valorização dos trabalhadores do SUAS-RH, a gestão  
400 de trabalho de fato, assuntos discutidos em outras mesas, porém de forma programática e fragilizada.  
401 Considerou ainda que haviam 40 grupo,porém o tema da Conferência foi discutida em apenas 2 debates  
402 fraquíssimos. Patenteou a sua indignação pelo fato de que nesse momento em que se sentava à mesa de  
403 negociação(trabalhadores do SUAS), os participantes estavam sem nenhuma discussão amparada pelo  
404 CNAS ou MDS. Considerou que o ofício de manifestação deverá ser elaborado pelo grupo e dirigido ao  
405 MDS,colocando-se ao dispor para contribuir nessa elaboração. No foco de mesmo assunto, a Conselheira  
406 Maria Cecilia reforçou as dificuldades enfrentadas,por conta do repasse de passagens em cima da hora.  
407 Citou Municípios pequenos como Manguueirinha e Honório Serpa, cujos delegados tiveram que embarcar  
408 em Foz do Iguaçu, não havendo disponibilidade de carros num espaço curto de tempo. Por outro lado, o  
409 Conselheiro Pedro apontou a existência de 4 grupos de discussão em Brasília; todos da conferência  
410 discutiram o mesmo tema durante dois dias e mesmo assim, foram apresentados 33 destaques na plenária  
411 final. Sobre o mesmo assunto, um planejamento com aproveitamento do tempo é um item fundamental e  
412 não são levados em conta. A Conselheira Teca apontou situações distintas ocorridas em outros eventos,  
413 dos quais participou. Segundo ela, alguns Estados primam pela organização, comparecendo com suas  
414 delegações devidamente uniformizados. Segundo ela, ao facilitar a identificação, os grupos tornam-se mais  
415 próximos. **Cadastro de Entidades Sociais do Estado do Paraná** - A Coordenadora Larissa Tissot  
416 informou que o objetivo do sistema é a concessão dos benefícios junto a COPEL,Corpo de Bombeiros e  
417 Sanepar,a entidades sociais declaradas de utilidade pública e que prestam serviços de relevância. Hoje já  
418 se trabalha numa outra lógica de relevância pública,enquanto esse cadastro permanece na SEDS. Esses  
419 benefícios baseiam-se na redução de 50% da taxa da COPEL,Sanepar e o Corpo de Bombeiros variando de  
420 região para região. Tal concessão não é legitimada por Lei,mas são normativas internas que acolhem as  
421 entidades sociais. Nesse momento de reordenamento,um povo contato com o Corpo de Bombeiros será  
422 efetuado. **Procedimento para a Solicitação de registro no Cadastro.** É feito através do sistema de  
423 informação de entidades sociais,dirigido ao Escritório Regional da sua região, recebendo orientação para o  
424 preenchimento do formulário,com a devida adesão e envio dos documentos necessários. O Escritório  
425 encaminha opara a Coordenação, para a análise técnica,precisando as vezes retornar para alguma

426 correção. Após os dados estarem Constantes do Sistema, ficará disponível a declaração de registro no site.  
427 Tais documentos não são enviados para ninguém :- somente a entidade que entrou com seus dados é que  
428 poderá imprimir essa declaração. O vencimento do documento se dá no mesmo momento do término de  
429 mandato da diretoria da entidade. Todo esse cadastro está em processo de estudo, já com propostas para  
430 um reordenamento. Uma planilha foi apresentada aos Conselheiros, exemplificando as características das  
431 entidades de assistência social ou de outras áreas. Hoje está se trabalhando em articulação com a Casa  
432 Civil, planejando agendar uma reunião com todas as Secretarias de Estado junto com Sanepar, Copel e  
433 Corpo de bombeiros,para que seja possível iniciar um processo de transição desse cadastro. A lógica de  
434 trabalho é desburocratizar o processo e a intenção é a manutenção da concessão do benefício. Ouviu-se  
435 também o esclarecimento do Técnico Godofredo (gestão do SUAS-SEDS),informando que a maior  
436 dificuldade enfrentada é com as APAES e APMIS,que na sua maioria estão localizadas em terrenos  
437 municipais. Possuem, assim, um vínculo muito forte com o Governo Municipal e no receber o benefício da  
438 isenção, acabam beneficiando as próprias Prefeituras,descaracterizando o objetivo principal. Nesse  
439 contexto, informou-se que outras Secretarias tem mostrado interesse nessa certificação, a exemplo da  
440 notícia que se teve, de que ultimamente a SEAB ao proceder uma liberação de veículos, solicitou os  
441 certificados. Foi informando que haverá uma articulação da Diretoria Geral em conjunto com a Casa Civil,  
442 para as providências cabíveis. O Conselheiro Patrick questionou sobre o tipo de informação que os  
443 Conselheiros deverão repassar para as entidades. Respondeu a Coordenadora Larissa que o cadastro ainda  
444 é existente e quando for extinto, tal decisão será comunicada, sem nenhum prejuízo para as entidades.  
445 Considerou a pauta vencida, com todas as dúvidas já sonadas. **Prestação de Contas do IGDE.** – Marcela  
446 Evangelista (Grupo Financeiro). Foi informado aos Conselheiros que na plenária de abril será trazido o  
447 balanço do FEAS; por outro lado,haverá um superavit razoável na fonte do Detran,para reprogramação do  
448 ano de 2012. nesse exercício,não ocorreram cortes nas emendas parlamentares,assim o orçamento  
449 apresentado é o que totalizava 24 milhões de reais. Tem muita emenda parlamentar, mas todas dentro da  
450 gestão administrativa da Secretaria. Em havendo recursos financeiros, é necessários autorização da  
451 Secretaria de Estado do Planejamento,da Coord. de Orçamento e programas, para fazer qualquer tipo de  
452 execução, sem garantias. Nesse momento,o Coordenador Nircélio Zobot (Renda e Cidadania)acrescentou  
453 que parte dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família e do Cadastro  
454 Único,IGD-E, destinados pelo MDS/SENARC, não puderam ser aplicados no período de transição e  
455 transferência da Secretaria do Trabalho e Economia Solidária para a Secretaria da Família e  
456 Desenvolvimento Social e que os mesmos seriam reprogramados para 2012.Informou, ainda, que as ações  
457 do Plano de Ação de 2012 foram analisados e aprovados na plenária anterior e que a análise e aprovação  
458 da prestação de contas de 2011 deveria ser submetida nesta sessão e a programação dos seus saldos  
459 seria apreciada na próxima.. A análise foi pois antecipada e deveriam aprovar na Assembleia anterior.  
460 Acatando os informes, a Técnica Marcela completou que a reprogramação desse saldo será então trazida  
461 na próxima reunião. Em apreciação: **APROVADO** a prestação de Contas do IGDE. **Logomarca do CEAS**  
462 (Helena Gimenez). A Secretaria Executiva lembrou aos integrantes do plenário,que a atual logomarca do  
463 CEAS/PR é muito antiga, não representando nenhum conceito que identifique o Conselho. Informou que  
464 atualmente o setor de Comunicação da SEDS possui designer gráfico,que poderia colaborar com novas  
465 sugestões, caso esse Colegiado defina. A decisão deverá ser dos Conselheiros, uma vez que tal definição  
466 irá interferir nos documentos, site, etc. Em apreciação:- Aprovada a alteração da logomarca do CEAS/PR,  
467 por unanimidade. **Alteração da data da Assembleia Ordinária do mês de abril – 12 e 13/04/2012.**  
468 foi aprovado a alteração de datas para a Assembleia de abril ocorrer nos dias 12 e 13 de tendo em vista o  
469 feriado de páscoa. **APROVADO.** Voltando à questão do saldo de recursos, a Técnica Marcela informou que  
470 desse total, 3% poderia ser utilizado (R\$18.000.00)para melhorias dos Conselhos Estadual de Assistência  
471 Social. Foi sugerido que na 1ª reunião do novo Conselho,que se organize um encontro de capacitação para  
472 seus integrantes,identificando assim o seu papel nessa nova empreitada. O pagamento de um bom

473 palestrante iria enriquecer o processo. A Conselheira Ana Maria Macedo no exercício na  
474 Presidência,colocou para os Conselheiros a proposta de ser realizada um evento com a duração de 2 dias  
475 reservando o primeiro deles para uma Capacitação. A elaboração de um material informativo iria constituir  
476 o Kit Conselheiro. O Conselheiro Patrick informou que a convocação deverá ser extensiva aos Suplentes.  
477 Foi sugerido pela Coordenadora Larissa que a Secretaria Executiva lembre também da feitura dos crachás  
478 e dos prismas de mesa, uma vez que se estará iniciando uma nova gestão. Questionou a Técnica Marcela  
479 se com esses recursos,seria possível adquirir passagens dos Conselheiros da Sociedade Civil, para  
480 participar de eventos a exemplo do FONACEAS e outros mais, uma vez que atualmente somente os  
481 Conselheiros Governamentais tem tido essa condição. Avaliou a Técnica Marcela (Grupo Financeiro),  
482 esclarecendo que o recurso do IGDE do Bolsa Família é direcionado para eventos desse programa que tem  
483 essa característica. No entanto, o IGDE/SUAS poderia contemplar esse tipo de ação; trata-se de um recurso  
484 novo com o recebimento de 2 parcelas de R\$36.00.00 (média) este ano,disponíveis através de uma  
485 Portaria específica (nº337/2011) que estimula onde se pode gastar e de que maneira é elaborado esse  
486 cálculo, que por sinal é também complexo, dependendo do alcance dos municípios e não do Estado. No  
487 exercício, era para terem sido recebidos parcelas referentes ao período de julho a dezembro, isso de uma  
488 única vez, porém não havendo recurso financeiro na União, foram pagas apenas duas. Mesmo assim as 4  
489 faltantes serão quitadas e mais as referentes ao exercício de 2012. Em se tratando de recurso novo,será  
490 necessário com urgência solicitar a inclusão orçamentária à Secretaria de Estado do Planejamento, levando  
491 ainda cerca de 40 dias para poder ser utilizado,após sanção governamental. Continuou a Coordenadora  
492 Larissa, lembrando os Conselheiros que já foi aprovado o *Plano Estadual de Capacitação* (com previsão  
493 orçamentaria de cerca de 11 milhões de reais,ao longo de 4 anos). Para este ano, abre-se a licitação no  
494 teto de 6 milhões de reais, e se reduzir em 30%,certamente ainda irá se investir em torno de 4 a 5 milhões  
495 em capacitação, sem contar as ações de aprimoramento da gestão voltada ao monitoramento.  
496 Considerando as questões mencionadas, a Conselheira Edenilce propôs de forma enfática que fossem  
497 aprovados os 3% dos recursos para uso do Conselho,já que estão garantidos em Lei. Segundo ela, todos  
498 tem conhecimento que os Conselheiros da Sociedade Civil permanecem impossibilitados de comparecer a  
499 eventos, pela alegada e constante falta de recursos. Este é o momento de se sanar de vez essa questão.  
500 Levando em conta a proposta, a Conselheira Ana Maria Macedo assegurou ter já contatado a Secretária  
501 Executiva Helena solicitando que elaborasse uma relação de necessidade para as melhorias destinadas ao  
502 bom funcionamento do CEAS/PR. Aprovada já a capacitação, lembrou que haviam também sido aprovados  
503 recursos da Fonte 257 (DETRAN), dos quais seria possível investir na participação de Conselheiros Não  
504 Governamentais, em eventos nacionais e outros. Oportunamente, os Conselheiros procederam a indicação  
505 da Conselheira Maria Cecília Fantin (Regional de Pato Branco – CRP), para participar de evento em Brasília,  
506 no próximo dia 9. Em apreciação: *APROVADO. Inclusão de pauta.* Reclamação dos Conselheiros acerca  
507 demora na Remessa das passagens,com deficiência na comunicação. A Secretária Helena respondeu,  
508 solicitando primeiramente a colaboração do Colegiado, no sentido de responderem com presteza aos e-  
509 mails encaminhados. Sem ter a confirmação da vinda, torna-se difícil encaminhar as passagens com  
510 antecedência. Sendo assim, é mais do que necessário que os Conselheiros também se organizem,para que  
511 de imediato respondam o e-mail da Secretaria Executiva, já que essas passagens são adquiridas em grupo.  
512 Segundo, a Técnica Marcela, para a próxima Assembleia a SEDS poderá oferecer tanto passagens aéreas,  
513 quanto terrestres. Objetivando acelerar o ressarcimento das passagens,(quando compradas pelo  
514 Conselheiro), é necessário que se proceda a entrega dos tickets para a Secretaria Executiva, que por sua  
515 vez montará um processo para o devido trâmite junto ao Setor Jurídico e Financeiro.(Prazo: + 15 dias).  
516 Algumas situações foram colocadas pelo Conselheiro Pedro por conta do desencontro de informações por  
517 ele alegados. No entanto,a Técnica Marcela garantiu que ele será devidamente ressarcido, já que a  
518 liberação existente era para passagens aéreas. Doravante, a SEDS estará encarregada também dos  
519 terrestres. Foi muito bem esclarecido pela Conselheira Ana Maria, que os e-mails encaminhados pela

520 Secretaria Executiva são dirigidos ao mesmo tempo para todos. Sabe-se que as passagens aéreas não tem  
521 como serem devolvidas, ou fica a crédito para a pessoa (a aí se ressarcem a SEDS), ou se perde a passagem.  
522 Suplência da Conselheira Elenir Ruiz (constar em ata). A Conselheira manifestou-se informando que  
523 representa as Regionais de Umuarama e Cianorte. No entanto, informalmente teve conhecimento que a  
524 entidade representada pela sua suplente, foi extinta (Regional de Cianorte). Demonstrou preocupação pelo  
525 fato, uma vez que ainda restam 3 meses de mandato e a possível falta de quórum prejudicaria o  
526 andamento das atividades do Conselho. Aproveitando o momento, a Conselheira Maria Cecília questionou  
527 se a Conselheira Ana Duda havia convocado a sua Suplente. Respondeu a Secretária Helena Navarro que  
528 ao falar com a Conselheira, teve a afirmação de que essa contactaria a sua Suplente. Por fim, ambas não  
529 compareceram a presente Assembleia. Foi complementado por Ana Maria Macedo que trata-se de uma  
530 falta justificada, porém a Secretaria Executiva permanecerá atenta a todas essas questões. Deve ficar  
531 muito claro que é total responsabilidade do Conselheiro Titular convocar o seu Suplente, caso esteja  
532 impossibilitado de comparecer. Não é tarefa da Secretaria Executiva. Quando a questão da Conselheira  
533 Elenir foi sugerido que se encaminhe um ofício ao Escritório Regional de Cianorte, questionando se existe  
534 uma outra entidade mais votada na Conferência, nessa sequência. Expressou-se a Conselheira Elenir  
535 relatando que a Presidente do CEAS Cassia Mercúrio foi procurada na Conferência, quando foi informada da  
536 situação da Regional de Cianorte. Segundo ela, a Regional deveria definir a substituição dessa entidade.  
537 Segundo a Secretária Executiva Helena o Escritório Regional chegou a fazer contato, porém sem condições  
538 de explicar o que ocorrera. Desejando esclarecer, a Conselheira Maria Cecília informou que a Secretaria  
539 Executiva encaminha as convocações para titulares e suplentes. Deve haver, portanto, um maior  
540 comprometimento com a função que desempenham. Por outro lado apontou que nenhum Conselheiro  
541 poderá se manifestar em nome do CEAS/PR, sem estar devidamente autorizado. Algumas manifestações  
542 ocorreram, por conta do desejo de se planejar uma plenária, na qual haveria a participação dos novos  
543 Conselheiros, mas também dos antigos, visando a troca de informações. Segundo o Conselheiro Patrick,  
544 mesmo que haja uma negativa da Secretaria, ainda assim o Conselho poderá deliberar. Houve a  
545 interferência da Conselheira Ana Maria, a qual afirmou que essa questão só terá legitimidade se estiver  
546 explicitada na Lei ou no Regimento Interno. O Conselho é soberano porém não pode se sobrepor à própria  
547 Lei; será necessário verificar se isso é possível e se está orçado nos recursos destinados às reuniões  
548 mensais pois a Secretaria não poderá assumir despesas de quem não é mais Conselheiro. Já a Conselheira  
549 Teca informou que está completando a 2ª Gestão do CEAS/PR e os Conselheiros antigos sempre  
550 participaram do 1º dia da Assembleia da nova gestão. Foi a vez da Conselheira e Procuradora Carolina  
551 Trevisan encerrar o assunto, colocando: se a Lei não aponta nada, não se poderá criar uma despesa que  
552 carece de um fundamento legal. A regra da administração pública é exatamente contrária a das  
553 particulares, na pública só é permitido o que a Lei prevê. Se não houver essa previsão, será impossível  
554 trazer todos os Conselheiros. Mesmo assim, o Conselheiro Patrick disse acreditar que existem 3 opções: 1ª)  
555 a Lei diz que não pode; 2ª) a Lei aponta que pode ou deve; 3ª) a Lei nada especifica e assim o Conselho  
556 deverá levar a questão a sério e deliberar. **Relato da Comissão Intersetorial de Convivência**  
557 **Comunitária.** Relator: Conselheiro Patrick. Atividades retomadas no mês de fevereiro, conclamando a  
558 presença de todos os seus componentes, pois está fragilizada. Os trabalhos precisam ser acelerados para  
559 poder elaborar o Plano Estadual que já deveria estar concluído em dezembro/2011. Há necessidade de  
560 uma presença mais efetiva, já que dos 5 eixos ainda não foi concluído o eixo 2. A Conselheira Delvana  
561 desculpou-se de público, esclarecendo não costumar faltar com seus compromissos, porém desta vez viu-  
562 se impossibilitada de comparecer à reunião. Contribuiu a Conselheira Carmen, afirmando que cabe à  
563 Coordenadoria proceder a convocação dos membros dessa Comissão. Considerou que a demora em  
564 concluir os trabalhos se dá certamente pela falta de especialistas, que assessorassem a solucionar as  
565 demandas surgidas no decorrer das discussões. Por outro lado, lembrou a necessidade de serem  
566 solicitadas novas indicações de representantes, já que alguns dos atuais estão com dificuldade de cumprir

567 o seu papel. Por fim, tentar articular parcerias com outros organismos que deem suporte técnico aos  
568 trabalhos. Segundo o Conselheiro Patrick, a forma de trabalhar deverá ser facilitada. Comentou sobre a  
569 decisão de se ter encontros abordando a convivência familiar e internamentos em hospitais, a convivência  
570 familiar e a questão penitenciária, entre outros. Definiu-se também que a Coordenadoria fará uma pressão,  
571 no sentido de reorganizar a referida Comissão. **Relato da Comissão 1ª CONSOCIAL.** A Secretária  
572 Executiva Helena comunicou que esse item será cancelado, tendo em vista a ausência das Conselheiras  
573 Lucimeri e Ana Duda, representantes do CEAS nessa Comissão. **Família Paranaense.** Foi comunicado que  
574 o lançamento desse programa se dará no próximo dia 14 de março, às 11:00 horas, no Canal da Música,  
575 estando convidados os 399 municípios paranaenses, Gestores, Secretários de Estado, sendo o convite  
576 extensivo aos Conselheiros Estaduais. **Informe CIB e CIT.** A Coordenadora Larissa comunicou que dos 90  
577 municípios em processo de desabilitação, 51 ainda possuem algum tipo de pendência. Foi pactuado pela  
578 abertura de planos de providência e de adequação do Estado do Paraná à Resolução 08/2010. Os demais  
579 informes seguirão para os Conselheiros via e-mail. Sobre a CIT, a Conselheira Ana Maria apresentou um  
580 relatório geral sobre o preenchimento de CENSO pelos Municípios do Estado do Paraná. Sobre o Programa  
581 Nacional de Capacitação do SUAS – foi pactuado o repasse de recursos para os Estados, e o Paraná terá  
582 condições de receber cerca de 20% a mais para a capacitação, tendo em vista ter preenchido os requisitos  
583 exigidos. **Comissão de Acolhimento.** Aguardando resposta das outras instituições para agendar uma  
584 reunião. Foi lembrado pela Conselheira Maria Cecília da necessidade de solucionar questão da Presidência  
585 do Conselho. A Secretária Executiva Helena Gimenez fará contato com a Conselheira Cássia, pontuando  
586 que a sua suplente não participou da Conferência em 2009 o que fere o estipulado no Regimento Interno.  
587 Finalizando, a Conselheira Ednilce comunicou que assumirá a Presidência do seu Sindicato no próximo dia  
588 14 de abril, repassando um convite a todo o Colegiado. Antes de encerrar a Assembleia Ordinária, a  
589 Conselheira Ana Maria Macedo, no exercício da Presidência do CEAS/PR, antecipou cumprimentos à  
590 Conselheira alçada à posição de Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova  
591 Esperança, Conselheira Ednilce de Fátima Lima. **Encerramento.** A Vice-Presidente agradeceu a presença  
592 dos Conselheiros e demais convidados, encerrando a Assembleia Ordinária. A presente ata foi digitada por  
593 Willian Binhara, e lavrada por Regina Amasiles Rodrigues Costa. Depois de lida e aprovada, será anexada  
594 a cópia da lista assinada pelos Conselheiros presentes nessa reunião.

595

596

597

598  
599  
600  
601  
602  
603  
604  
605  
606  
607  
608

( ANEXO I )

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Comunicação, Articulação e Mobilização

**DATA: 01/03/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>             | <b>ENTIDADE</b>             |
|-------------------------|-----------------------------|
| Larissa Marsolik Tissot | SEDS/CGS                    |
| Mariluz Zanin Petry     | E.R. Francisco Beltrão/SEDS |
| Pedro Braga Carneiro    | SEDS/CGS                    |
| Ronan César da Silva    | APADEFI                     |

609  
610  
611

RELATÓRIO:

612 **1)** Plano Estadual de Capacitação: foi informado quanto aos temas, números de vagas, cronograma  
613 preliminar para a execução em 2012.

**Temas:**

- Gestão do CRAS I e II
- CADUNICO
- PSE
- Enfrentamento do Trabalho Infantil
- Família Paranaense
- SUAS: desafios contemporâneos
- Tipificação dos Serviços Socioassistenciais
- LA e PSC
- Centros da Juventude
- Crescer em Família
- PMAS
- Gestão Financeira
- Monitoramento, avaliação e vigilância Social
- Total de vagas previstas: 20.109

614

615 **2)** Proposta Pedagógica do Curso de Capacitação sobre o Controle Social (para Conselheiros  
616 municipais de assistência social):

617 Foi apresentada a proposta de temas e conteúdos para os três módulos. Discutiu-se também questões  
618 metodológicas:

619 - será contratado um professor para cada 4 Regionais. O mesmo conduzirá os 3 módulos de cada região.

620 Haverá alinhamento teórico entre todos os professores;

621 - será produzido um texto básico para cada módulo, que será comum a todas as regionais, bem como os  
622 slides dos módulos;

623 - os professores deverão ser capazes de desenvolver uma metodologia que envolva os participantes,  
624 dispondo de dinâmicas, técnicas motivacionais, mapeamento das cidades/regiões, exercícios diretamente  
625 ligados à realidade dos Conselhos;

626 - a sugestão é que o curso ocorra em 3 módulos de oito horas, com dois assuntos por dia (um de manhã e  
627 outro à tarde);

628 - os exercícios poderão relacionar-se com o Plano de Ação de Acompanhamento do CEAS ao CMAS;

629 - sugeriu-se uma previsão de vagas paritárias, incluindo a Secretaria Executiva.

630

631 **3)** Plano de Ação de Acompanhamento dos CMAS: discutiu-se a importância de aproveitar o curso

632 de capacitação para que os Conselhos Municipais desenvolvam tarefas que se relacionem com o Plano de

633 Acompanhamento.

634

635 Encaminhamentos para a Secretaria Executiva: **1)** disponibilizar nas pastas dos Conselheiros cópias do

636 Plano Estadual de Capacitação e do Plano de Acompanhamento dos Conselhos Municipais; **2)** enviar, por e-

637 mail, a orientação técnica sobre o acompanhamento aos CMAS, aos membros da Comissão.

638

639 Encaminhamento para os Conselheiros: manter contato para aprimorar o projeto pedagógico do curso e

640 discutir o Plano de Acompanhamento dos CMAS, por e-mail.

641

642 Pontos de Pauta para a próxima reunião: **1)** Plano de Ação de Acompanhamento aos CMAS; **2)** Projeto

643 pedagógico do curso de capacitação para Conselheiros de Assistência Social sobre controle social.

644

645 Parecer da Plenária: **APROVADO.**

646

647

648

649

650

651

652

653

654

655

656

657

658

659

660

661

662

663

664

665

666

667

668

669

670

671

672

673

674

675  
676  
677  
678  
679  
680  
681  
682  
683

( ANEXO II )  
CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial

**DATA: 01/03/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>          | <b>ENTIDADE</b>       |
|----------------------|-----------------------|
| Christina Zehr       | CEAS                  |
| Edenilce de Fátima   | CEAS                  |
| Renata Santos        | Gestão do SUAS – SEDS |
| Celma Santos         | SETI                  |
| Eunícia Lohn         | SEJU                  |
| Teresinha Maria Wolf | CEAS                  |

684  
685  
686

**RELATÓRIO:**

687  
688 A Comissão, após discussão, resolveu elaborar um Comunicado aos municípios, referente ao prazo  
689 de inscrição das entidades da rede socioassistencial, que é até o dia 30/04/12, observando as normativas  
690 relacionadas ao Vínculo SUAS. Para isso, é necessário consultar as Legislações:

- 691 – Lei Federal nº12.101/2009;
- 692 – Decreto Federal nº7237/2010;
- 693 – Decreto Federal nº7300/2010
- 694 – Resolução nº16/2010 CNAS;
- 695 – Resolução nº27/2010 CNAS; (Ressalta-se que essa Resolução caracteriza as atividades de  
696 assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social);
- 697 – Nota técnica do CEAS de outubro de 2010;
- 698 – Resolução nº 010/2011 – CNAS;
- 699 – Instrução Normativa nº 01/2010 – Secretaria Nacional de Assistência Social.

700  
701

Esse Comunicado, deverá ser divulgado por meio eletrônico aos CMAS e no site do CEAS/PR.

702  
703  
704

Sugestão: encaminhar através de correspondência e correio eletrônico.

705  
706

Parecer da Plenária: **APROVADO.**

707  
708  
709  
710  
711  
712  
713  
714  
715  
716  
717  
16

718  
719  
720  
721  
722  
723  
724  
725  
726

( ANEXO III )

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Financiamento e Gerenciamento do Fundo

**DATA: 02/03/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>                   | <b>ENTIDADE</b>       |
|-------------------------------|-----------------------|
| Carmen Zadra                  | SEDS/CPSE - Convidado |
| Gladys Maria Teixeira Tortato | SEDS                  |
| Malvina                       | SEDS/CPSE - Convidado |
| Maria Cecília Fantin          | CRP/08                |
| Patrick Reason                | Encontro com Deus     |

727  
728

RELATÓRIO:

729

**1) Relato do Grupo de Trabalho sobre o repasse Fundo a Fundo (anexo).**

730 Analisado o relato do grupo de trabalho e acrescentando que seja convidado um representante do  
731 Tribunal de Contas para participar da próxima reunião da Comissão no dia 15/03 às 10:00 horas. Também  
732 definiu-se que o acompanhamento seja atribuição da Comissão de Financiamento e Gerenciamento do  
733 Fundo.  
734

735

**2) Critérios de partilha para construção de novos CRAS:**

736 Relato: inicialmente acrescentar relato sobre a situação dos convênios de acolhimento institucional.  
737 A técnica Malvina (PSB/SEDS) apresentou a discussão sobre critérios de partilha para construção de  
738 novos CRAS, ressaltando que já houve a discussão na CIB/PR que pactuou pela proposta apresentada, com  
739 o entendimento que atende a demanda no Estado. Primeiramente, explica que se refere a novos CRAS na  
740 proposta de investimento da atual gestão, não se refere a discussão já realizada aqui acerca dos 17 CRAS  
741 que se trata de recurso remanescente. Nesse momento, discute-se apenas os critérios de elegibilidade dos  
742 municípios, chegando a 3 grupos:  
743

744 - Grupo I: municípios que não tem CRAS, selecionados e hierarquizados a partir do  
745 percentual de pessoas em extrema de pobreza (segundo IBGE) maior que a média  
746 do Estado (3,6%);

747 - Grupo II: municípios com pelo menos 1 CRAS compartilhado com ONG, associação  
748 e com equipe mínima de acordo com exigências da Política de Assistência Social,  
749 hierarquizados a prioridade pelo percentual de pessoas em extrema pobreza  
750 (segundo IBGE);

751 - Grupo III: municípios que tem CRAS, mas estão em defasagem no atendimento ao  
752 total de famílias referenciadas no CadUnico com renda de ½ salário mínimo, os  
753 municípios serão hierarquizados pelo percentual de pessoas em extrema  
754 pobreza(segundo IBGE).

755 Numa simulação com o Censo CRAS 2010, detectou-se no Grupo I – 50 municípios, no Grupo II – 6  
756 municípios e no Grupo III- 6 municípios.

757 **Essa Comissão sugeriu** que na ordem de prioridade de atendimento seja: Grupo I, III e II. E  
758 também que dependendo do valor do recurso a ser alocado, seja considerado inicialmente 70% do Grupo I  
759 e 15% para o Grupo II e 15% para o Grupo III. Ainda no Grupo I, além dos critérios já mencionados,  
760 considerar o número absoluto de famílias pobres, segundo o índice do IBGE para priorização dos  
761 Municípios.

762  
763 **3) Acolhimento Institucional:** a técnica Carmen (PSE/SEDS) fez um breve relato, com a informação  
764 de que os quatro convênios foram renovados até março de 2013 e o contrato com o Pequeno Aconchego  
765 renovado até julho de 2012. Está em trâmite os termos do Edital de chamamento. A Comissão entende que  
766 deve ser feito um relato na Plenária do dia 02/03, preferencialmente pela coordenação da PSE.

767  
768 Sugestão: pautar o edital na próxima reunião e Balancete do FEAS como tema de discussão em  
769 todas as plenárias.

770  
771 Parecer da Plenária: **APROVADO.**

772  
773

774 Grupo de Trabalho Repasse Fundo a Fundo

775  
776  
777  
778

**DATA: 01/03/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>          | <b>ENTIDADE</b> |
|----------------------|-----------------|
| Christina Zeher      | CEAS            |
| Edenilce de Fátima   | CEAS            |
| Elenir Ruiz          | CEAS            |
| Eliane               | GPS/SEDS        |
| Joel Samways Neto    | GJS/SEDS        |
| Malvina              | PSB/SEDS        |
| Maria Cecília Fantin | CEAS            |
| Orival Moraes        | GFS/SEDS        |
| Pedro Lírio Hoffmann | CEAS            |
| Ronan César          | CEAS            |
| Teresinha Maria Wolf | CEAS            |

779  
780  
781

**RELATÓRIO:**

782 Foi acordado na reunião que o Grupo Jurídico Setorial da SEDS elaborará uma proposta de  
783 alteração da Lei do CEAS, autorizando o repasse Fundo a Fundo. Essa proposta, será lida em plenária no  
784 dia 02/03.

785 Ainda foi definido que esse Grupo de Trabalho, juntamente com a Comissão de Financiamento,  
786 deverá acompanhar a elaboração da LOA 2013, bem como os seus prazos, para que fique contemplada  
787 nessa proposta da LOA a operacionalização do repasse fundo a fundo no próximo ano. Será necessário  
788 também, elaborar os critérios para regulamentação do repasse, por meio de Decreto Governamental.

789  
790  
791  
792  
793  
794  
795  
796  
797  
798  
799  
18

800  
801  
802  
803  
804  
805  
806  
807  
808  
809

( ANEXO IV )

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Políticas Sociais

**DATA: 01/03/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>                      | <b>ENTIDADE</b>              |
|----------------------------------|------------------------------|
| Adriane Leandro                  | SESA                         |
| Carmen Zadra                     | SEDS                         |
| Delvana Oliveira                 | SEED                         |
| Elenir Ruiz                      | APAE                         |
| Ezequiel Schuster do Nascimento  | Ministério Público - Ouvinte |
| Glauco R. Teixeira               | SEED - Ouvinte               |
| Maria Isabel Lobo Sampaio Wargha | Ministério Público - Ouvinte |
| Michele Ribeiro                  | SEDS                         |
| Miriam Brunetta                  | SEDS                         |
| Nircélio Zabet                   | SEDS                         |
| Noemi Brittes                    | SESA                         |
| Patrícia França                  | SEDS                         |
| Pedro Lírio                      | Associação de Moradores      |

810  
811

**RELATÓRIO:**

812

813 1) Relato da visita técnica ao município de Foz do Iguaçu (em anexo) - Carmen.

814

815 2) A técnica Patrícia apresentou os critérios de seleção do Programa Família Paranaense, e solicitou  
816 que esta Comissão encaminhe à Plenária uma minuta de Deliberação para aprovação, pois houve  
817 inconsistência nos dados da 1ª seleção (deliberação do CEAS de fevereiro), o que ocasionou nova  
818 classificação de municípios.

819

820 3) Campanha de mobilização para que os municípios façam adesão ao BPC na Escola através do  
821 site do CEAS ([www.ceas.pr.gov.br](http://www.ceas.pr.gov.br)).

822

823 4) Plano de providências – Metas CRAS: os municípios terão prazo até 31/12/12 para apresentar e  
824 sanar as pendências relativas a recursos humanos, estrutura física, horário e atividade – Metas CRAS 2010;  
825 prazo este pactuado pela CIB.

826

827 5) O município da Lapa formalizou o Termo de Aceite de equipe volante e o município de Céu Azul  
828 justificou a não assinatura por não existir demanda.

829

830 6) A Conselheira Delvana (SEED) apresentou um acompanhamento de Frequência Escolar dos  
831 Beneficiários do PBF, e as providências planejadas para 2012, entre elas uma minuta para transferência  
832 com inclusão do parágrafo que indica ser o aluno beneficiário do PBF. Informou que está reivindicando  
833 junto à Celepar senhas específicas para os operadores escolares dos municípios para operacionalizarem o  
834 Sistema SERE.

835

836 7) A integrante da Comissão Intersetorial do Programa Bolsa Família, Adriane Leandro, apontou a  
837 dificuldade no trabalho intersetorial entre a saúde e a assistência social nos municípios.

838

839 Parecer da Plenária: **APROVADO.**

840

841

## **ANEXO**

842

843

**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS**  
**Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS**  
**Departamento de Proteção Social Especial - DPSE**  
**Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS**  
**Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS**  
**Comissão Intergestores Bipartite - CIB/PR**

844

845

846

847

848

849

850

851

### **Visita Técnica ao município de Foz do Iguaçu - Dias 12 e 13 de Dezembro de 2011**

852

| <b>Participantes</b>        | <b>Representação</b> |
|-----------------------------|----------------------|
| Ana Maria Macedo            | SEDS                 |
| Carmen Cristina P. S. Zadra | SEDS                 |
| Marcia Mazzarotto           | COGEMAS/CIB          |
| Nívia Maria Polezer         | SNAS/DPSE            |
| Vitória Batista Silva       | FNAS                 |
| Wagner Leite                | SNAS/DGSUAS          |

853

#### **1. Introdução**

854 O município de Foz do Iguaçu está com os recursos do co-financiamento para o Programa de  
855 Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, suspenso desde maio/2010. Diante dessa situação e avaliação do  
856 relatório encaminhado pelo Escritório Regional de Foz do Iguaçu/SEDS, em junho/2011, não ter fornecido  
857 subsídios para informar ao MDS quanto ao efetivo funcionamento do programa, a CIB/PR reunida em  
858 25/10/11, indicou visita a fim de verificar os encaminhamentos quanto à retomada da gestão,  
859 operacionalização e oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV,  
860

861

#### **2. Análise Situacional**

862 O Município de Foz do Iguaçu - PR entrou em processo de monitoramento da gestão municipal da  
863 Assistência Social no ano de 2008, e com plano de providências desde 2009, o qual foi superado em sua  
864 maioria, restando a pendência quanto ao programas PETI e Pró-Jovem Adolescente e devolução dos  
865 respectivos recursos.  
866

867 Em continuidade ao processo de acompanhamento foi realizada visita técnica de assessoramento  
868 ao município, em conjunto com representantes do DPSE, DGSUAS, FNAS, CIB e Equipe de  
869 Acompanhamento do Estado, através de reuniões com o gestor da assistência social e do município e  
870 conselheiros do CMAS e CMDCA, bem como, visita na unidade Centro de Convivência Francisco Buba e  
871 acompanhamento da participação das crianças/adolescentes na entrada do Parque das Aves, e visita ao  
872 CREAS para conhecimento dos procedimentos para a retomada do programa (programação abaixo).

873

874

875

Programação Monitoramento Foz do Iguaçu

| <b>Dia 12 de Dezembro de 2011</b> |              |                      |
|-----------------------------------|--------------|----------------------|
| <b>Horário</b>                    | <b>Local</b> | <b>Participantes</b> |

|                |                                     |   |
|----------------|-------------------------------------|---|
| 9hs às 12hs    | Escritório Regional<br>FOZ/SEDS     | REUNIÃO - Representante da CIB/PR<br>e representantes: SEDS (AT, ER E CPSE)<br>E MDS (SNAS/DPSE e FNAS) |
| 13h30 às 16h30 | Secretaria de<br>Assistência Social | REUNIÃO - CIB, SEDS, MDS<br>e equipe da SMAS  |
| 16h30 às 18h   | ER Foz/SEDS                         | REUNIÃO - CIB, SEDS e MDS   |

| <b>Dia 13 de Dezembro de 2011</b> |                   |   |
|-----------------------------------|-------------------|---|
| <b>Horário</b>                    | <b>Local</b>      | <b>Participantes</b>  |
| 9hs às 12hs                       | PETI, CREAS, CRAS | VISITA AOS EQUIPAMENTOS E/OU<br>PROGRAMA - CIB, SEDS, MDS e SMAS  |
| 13h30 às 14h30                    | SMAS              | REUNIÃO - Conselheiros municipais<br>(Assistência Social e dos Direitos da<br>Criança e do Adolescente) |
| 14h30 às 17h                      | PMFOZ             | REUNIÃO COM O PREFEITO - representante<br>da CIB, SEDS, MDS e SMAS                                      |

876 1Legenda:

877 SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

878 SEDS – Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (AT – Assessoria Técnica / CPSE –

879 Coordenação de Proteção Social Especial / ER – Escritório Regional)

880 COGEMAS – Colegiado dos Gestores Municipais da Assistência Social

881

882 O município identificou, no CADÚNICO em fevereiro de 2010 - 198 crianças e adolescentes em

883 situação de trabalho precoce, em abril de 2010 - 175 crianças e adolescentes e em outubro de 2010 - 198,

884 esse último número representava R\$ 5.000,00 mensais (ou 60 mil reais anuais), para a oferta do SCFV

885 repassados pelo Fundo Nacional Assistência Social-FNAS ao Fundo Municipal Assistência Social-FMAS,

886 recursos não recebidos pelo município em razão da suspensão pelo MDS.

887 Também acumulava saldos substanciais, conforme descrito abaixo, especificamente para a

888 Proteção Social Especial Media Complexidade (Bolsa e Jornada Urbana):

| <b>EXERCÍCIOS</b>  | <b>SALDO (R\$)</b>    |
|--------------------|-----------------------|
| 2005               | 108.936,27            |
| 2006               | 82.485,80             |
| 2007               | 38.640,67             |
| 2008               | 14.831,45             |
| 2009               | 66.284,77             |
| 2010               | 38.000,00             |
| <b>Total Geral</b> | <b>R\$ 349.178,96</b> |

889

890 Cabe ressaltar que a orientação realizada pela equipe de monitoramento e acompanhamento e

891 plano de providências junto ao município de Foz do Iguaçu, em razão da “baixíssima” execução do PETI,

892 em maio de 2010 era a devolução total do saldo existente nas contas do FMAS, que na ocasião somando

893 com outros repasses para execução dos serviços na Proteção Social Básica, Proteção Social Especial (Piso

894 de Transição e Fixo de Media Complexidade-PAEFI e Alta Complexidade I e II), totalizava R\$ 1.403.670,74,

895 relativos aos 5 anos e mais 5 meses de 2010, conforme levantamento realizado pelo FNAS.

896 Embora essa informação tenha sido compartilhada naquela ocasião com toda a equipe da

897 Secretaria da Municipal Assistência Social, gestora da política, gestor do município e conselheiros  
898 municipais da assistência social, no ano de 2011, houve reprogramação de saldo existente, sem  
899 precisarem a quantia exata, para utilização no decorrer do exercício vigente.

900

901

### 902 **3. Conquistas**

903 Houve avanço quanto:

904 •Realização de levantamento e identificação das famílias com crianças e adolescentes em  
905 situação de trabalho precoce no CadÚnico, utilizando como ponto de partida os dados contidos no SISPETI,  
906 a partir de agosto de 2011 (conforme anexo 1);

907 •A contratação de equipe específica (2 educadores, coordenadora e estagiários), somadas a  
908 equipe do CREAS, foi possível realizar o levantamento com organização de arquivos por família e os  
909 devidos encaminhamentos para o CadÚnico e o acompanhamento pelos CRAS e CREAS;

910 •Termos de Cooperação Técnica com as Secretarias Municipais da Educação e de Esportes (anexo  
911 2, 3 e 4);

912 •Atualmente são 3 (três) Centros de Convivência governamental, mais 2 (dois) não  
913 governamental para atendimento das crianças/adolescentes - relato sem especificar quantidade, no Buba,  
914 que visitamos tinha mais ou menos umas 60 crianças/adolescentes no dia 13/12, período da manhã;

915 •O oferecimento de transporte, com contratação de ônibus pela SMAS, com rotas específicas;

916 •Intersetorialidade para o enfrentamento ao trabalho infantil: Assistência Social, Educação,  
917 Esportes, projetos e programas Federal, Estadual, Municipal, além das ONGs e Sociedade Civil (como por  
918 ex. Projetos: Vira Vida, Fica, Enfrentamento a Violência sexual contra crianças e adolescentes, Construindo  
919 Cidadania, Divertindo e Aprendendo, Adolescente Aprendiz, Caia, Liberdade Cidadã, entre outros);

920 •Participação e acompanhamento do CMAS e CMDCA - na reunião do dia 13/12, foi expressiva, se  
921 não, com presença total dos Conselheiros da assistência social, e representantes do CMDCA, o que  
922 demonstrou que a gestão esta respaldada, falta apenas apresentar o projeto de reestruturação ao  
923 Conselho para a aprovação final;

924 •O segundo Conselho Tutelar - estão com TAC do MPE, em que o município se comprometeu a  
925 dotar o atual CT de número de funcionários necessários (já executado em 2011) e em 2012 implantar o 2º  
926 CT no município.

927

### 928 **4. Desafios**

929 O município de Foz do Iguaçu, por ser região de fronteira com 2 (dois) países distintos, possui  
930 complexidade geográfica e política para o enfrentamento das violações de direitos, os bolsões de pobreza  
931 e/ou territórios vulneráveis estão espalhados por todo o município, portanto de difícil atuação, por parte  
932 das equipes dos CRAS e CREAS, assim como da rede de garantia de direitos. Neste contexto o  
933 estabelecimento de estratégias com redefinição de fluxos, responsabilidades e/ou competências, e  
934 principalmente a integração de tudo isso parece ser um dos maiores desafio do município. Assim como os  
935 demais descritos abaixo:

936 ✓\_\_\_ Tornar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tão atrativos, quanto a  
937 concorrência dos ganhos nas ruas e/ou fronteira;

938 ✓\_\_\_ Normativas e regulação do PETI, devido sua implantação ser anterior ao SUAS, reordená-lo  
939 a essa nova normativa na busca de fazer diferente e novo, rompendo em definitivo com as velhas  
940 práticas;

941 ✓\_\_\_ Migração dos dados/informações da versão 6 para 7 no CADÚnico;

942 ✓\_\_\_ SISPETI não atualiza de acordo com a identificação nos campos 8 e 10 do CadÚnico, existe  
943 um lapso de tempo que não é possível precisar;

944 ✓\_\_\_Informações inconsistentes quanto ao número de crianças e adolescentes no trabalho  
945 infantil identificadas no CADÚnico:

946 1. Levantamento pelo Núcleo de Informação da SEDS - 183 (versão 7/set/2011), desses apenas  
947 38% consta na lista de presença do SCFV do município de FOZ Nov/11 item 2 abaixo (anexo  
948 5);

949 2. Lista de Presença do PETI Nov/11 (BUBA - 114 e FURNAS - 50) -164, desses 16% estão com  
950 mais de 5 faltas consecutivas e/ou nunca frequentaram (anexo 6);

951 3. Listagem de crianças inscritas no PETI listadas por região, sem data identificada pelo  
952 município - 335, dessas 33% constam na lista de presença do município nov/2011 item 2  
953 acima (anexo 7);

954 4. No Pré Diagnóstico do Trabalho Infantil na cidade de Foz do Iguaçu (anexo 8) e Relatório  
955 apresentado pelo município indicam que possuem 375 crianças/adolescentes identificadas no  
956 CADÚnico em situação de trabalho precoce (anexo 9), porém não apresentaram a relação  
957 nominal das 375 crianças identificadas.

958 =\_\_\_No Relatório (anexo 9) colocam que o Termo de Cooperação com  
959 a Secretaria Municipal da Educação para a efetivação de jornadas do PETI nos seguintes locais:

- 960 ● Centro de Convivência Escola Bairro Leonel Brizola - Região de 3 Lagoas;
- 961 ● Centro de Convivência Escola Bairro Érico Veríssimo - Região do Jardim São Paulo;
- 962 ● Centro de Convivência Escola Bairro Darci Zanatta - Região do Morumbi;
- 963 ● Centro de Convivência Francisco Buba - Região do Porto Meira.

964 =\_\_\_Mais 2 polos de Jornada mantidos através de convênio com  
965 entidades não governamentais:

- 966 ● Localizado dentro da subestação de Furnas Centrais Elétricas - bairro Cidade Nova - 80  
967 vagas (lista de presença constam apenas 50 participantes - 30 período da manhã e 20  
968 período da tarde;
- 969 ● Localizado na entidade AFA - Associação Fraternidade Aliança - na região do Porto Meira -  
970 80 vagas.
- 971 ● Projeto Vira Vida - 12 selecionados.
- 972 ● Outros para o Pro Jovem, Guarda Mirim e Projeto Caia - sem indicar a quantidade.

973

## 974 **5. Orientações ao município**

975 Na reunião realizada no dia 13/12/2011, com o gestor municipal da Assistência Social, CMAS e  
976 CMDCA foi orientado:

977 ✓ A devolução imediata dos saldos dos recursos do PETI e do Pró Jovem;  
978 ✓ Aprimoramento da interlocução entre os governos federal, estadual e municipal - já iniciado  
979 com o processo de monitoramento em 2008 até a presente data, sempre quando ocorre essa soma de  
980 esforços para superação de dificuldades, envolvendo o Conselho que é o órgão deliberador e de controle  
981 da política de assistência social, propostas e estratégias são rapidamente identificadas e se concretizam;

982 ✓ Gestão do SCFV cabe ao órgão gestor da assistência social, isso não deve ser delegado a  
983 política da educação/esportes/ONG que executam o programa;

984 ✓ Reavaliar e adequar a oferta do Programa do Pró Jovem Adolescente junto as normativas  
985 previstas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), na busca de  
986 aperfeiçoamento e qualificação técnica para execução.

987 ✓ O PETI ainda está em processo de reestruturação pelo município, necessita ainda:

- 988 ● aprimorar o processo de acompanhamento - listas de acompanhamento mais claras,  
989 objetivas, transparentes - formato padronizado (no mínimo ordem alfabética);

- 990 • comprovação efetiva do oferecimento do SCFV para todas as 375 crianças e adolescentes,  
991 identificadas no CADÚnico;
- 992 • o controle do programa, perpassa, por apropriação do orçamento do FMAS, além da  
993 garantia de alimentação adequada, acompanhamento do aproveitamento/frequência na  
994 escola e na "jornada", inserção prioritária das famílias PETI em todas as atividades  
995 oferecidas nos CRAS/CREAS e rede do município.
- 996 ✓ Informado sobre as publicações: Cadernos operacionais e metodológicos do PETI, além dos  
997 novos materiais para a gestão do CREAS e CENTRO POP;
- 998 ✓ Capacitação planejada pelo Estado a partir do primeiro semestre de 2012, entre eles para o  
999 SCFV-PETI e CREAS.

1000

## 1001 **6. Conclusão**

1002 Avalia-se que a atual gestão do município tem empreendido esforços para retomar, reorganizar e  
1003 superar as dificuldades na execução do política de assistência social. Bem como, a atual equipe técnica  
1004 demonstra comprometimento na qualidade de prestação de serviços socioassistencias.

1005 Estabelecer estratégias com cronograma de execução para superação do elencado nas  
1006 dificuldades, principalmente no que tange ao PETI. A atuação dos CRAS junto a essas famílias deve seguir o  
1007 protocolo de gestão integrada de serviços e benefícios socioassistenciais, principalmente quanto ações de  
1008 fortalecimento de vínculos familiares.

1009 Cabe ainda, acompanhamento sistemático pelo ER/SEDS/Foz do Iguazu assessorando e  
1010 monitorando essas ações.

1011

1012 Curitiba, 27 de dezembro de 2011.

1013

1014 Carmen Cristina P.S.Zadra

1015 Coordenação de Proteção Social Especial

1016 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

1025

1026

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037  
1038  
1039  
1040  
1041  
1042  
1043  
1044  
1045

( ANEXO V )

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Frente Parlamentar

**DATA: 02/03/2012**

**PRESENTES:**

| <b>NOME</b>                           | <b>ENTIDADE</b>   |
|---------------------------------------|-------------------|
| Edenilce de Fátima do Nascimento Lima | SISMUNE           |
| Gladys Maria Teixeira Tortato         | SEDS              |
| Luiz A. Gatti                         | SEDS - Convidado  |
| Patrick Reason                        | Encontro com Deus |

1046  
1047

RELATÓRIO:

1048  
1049

1050 Ficou acordado que o Sr. Luiz Gatti, assessor parlamentar da SEDS irá agendar primeiramente com os deputados que compõem a Frente Parlamentar um encontro individual com os membros da Comissão, objetivando a sensibilização para uma maior participação e apoio à frente parlamentar de assistência social.

1051 A Secretaria Executiva deverá agendar essa primeira reunião em uma quarta-feira de manhã que antecederá a reunião plenária do Conselho.

1052

1053  
1054

Parecer da Plenária: **Aprovado.**

1055  
1056  
1057  
1058  
1059  
1060  
1061